

GERENCIAMENTO NA ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

Carlos Odair Tavares Kussler¹

Everaldo da Silva²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo levar o leitor a uma reflexão sobre a melhor forma de se realizar uma análise de crédito, de maneira a possibilitar o levantamento das questões certas acerca do tomador do crédito. Este estudo é de grande importância para os gestores, pois através deste conseguiu-se identificar de que maneira é feita uma análise na hora da concessão de crédito e torna possível identificar fatores de caráter, capacidade, capital e condições de pagamento. Porém, essa análise não pode ser realizada de maneira aleatória, é preciso estar embasada em conceitos técnicos que irão guiar a tomada de decisão. Utiliza-se para realização deste trabalho informações coletadas nos diversos autores pesquisados, visando uma maior seriedade e segurança nos processos de análise e concessão de crédito.

PALAVRAS-CHAVE: Concessão. Crédito. Riscos.

ABSTRACT: This article aims to lead the reader to a reflection on the best way to perform a credit analysis, so as to enable the right questions to be raised about the borrower. This study is of great importance for managers, because through this it was possible to identify how an analysis is made at the time of granting credit and makes it possible to identify factors of character, capacity, capital and payment conditions. However, this analysis can not be performed in a random way, it is necessary to be based on technical concepts that will guide the decision making. We use this information to collect information from the various authors, aiming for greater seriousness and security in the processes of credit analysis and granting.

KEYWORDS: Concession. Credit. Scratches.

INTRODUÇÃO

As empresas buscam, constantemente, mais eficiência e eficácia no seu sistema organizacional. O aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho nas organizações, incrementado pelo impacto da tecnologia e globalização está dimensionando uma nova visão de mercado.

¹ Pós-Graduado em Controladoria pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Anhanguera Educacional. Mestrando em Desenvolvimento da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: carloskusslero@gmail.com

² Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor e Pesquisador dos Programas de Mestrado Profissional em Educação Básica e Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento da

vol. 7, num. 19, 2017

Nesse contexto as Instituições Financeiras precisam se adequar para se manter competitivas dentro do mercado onde atuam, de forma a disponibilizar aos seus clientes, o que eles necessitam, ampliando e fortalecendo sua atividade no mercado financeiro.

O principal objetivo de uma análise de crédito numa instituição financeira é identificar os riscos nas situações de empréstimo e evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador fazendo recomendações relativas ao melhor tipo de empréstimo a conceder.

No cenário atual onde competitividade entre as empresas é muito grande torna-se imprescindível estarmos informados sobre a real situação da empresa, para evitarmos decisões precipitadas que venham a afetar o resultado da organização.

Embora o gerenciamento de riscos tenha recebido maior atenção na indústria financeira ao longo do tempo, este tema é de extrema importância e tem despertado atualmente, muito interesse nos gestores de empresas dos mais diversos segmentos econômicos que em busca de obter ganhos de escala, absorver melhor os custos fixos e assim aumentar a rentabilidade. Mas não basta apenas ter um bom volume de vendas, se estas não forem bem analisadas na concessão. Será que as empresas estão preparadas para fazer uma análise acerca dos riscos de crédito visto que, uma má concessão de um crédito impacta diretamente na rentabilidade das empresas, pois aumenta a inadimplência e as perdas.

Torna-se então necessária uma correta análise para se reduzir os riscos nas liberações de um crédito bem como, identificar as políticas de crédito utilizadas para a concessão dos mesmos.

Para desenvolver este tema, foi utilizada a bibliografia de autores tradicionais e contemporâneos que versam sobre o assunto em pauta.

ANÁLISE DE CRÉDITO

Levando em consideração a má distribuição de renda do país, não é difícil verificar que é elevada a demanda por recursos financeiros por parte da grande população. O crédito pode fazer com que as empresas aumentem seu nível de atividade e

estimular o consumo influenciando na demanda e cumprindo uma função social ajudando as pessoas a obterem bens.

É nesse campo que os bancos têm grande interesse no empréstimo de dinheiro, repassando os recursos captados dos clientes superavitários (que tem sobras de recursos), para os clientes deficitários (tomadores de recursos) cobrando taxas de juros que lhes sejam rentáveis, além de fazer a venda deste dinheiro de forma casada com outros produtos do banco a título de estabelecer maior número de produtos consumidos pelo cliente, originando a chamada reciprocidade junto ao banco.

De acordo com NIYAMA (2000, p. 47), “as operações de crédito representam, usualmente, a principal aplicação de recursos captados pelas Instituições Financeiras, sendo, portanto, a fonte de receita mais significativa”.

Para obter resultados satisfatórios a empresa deve ter além de transparência, um conjunto adequado de controles internos utilizando-se de estratégias para a identificação, mensuração e mitigação dos riscos de um crédito.

As operações de crédito em geral, são operacionalizadas através de documento próprio da instituição financeira, no qual constam as condições da contratação, estipulando data de vencimento, forma de correção monetária, taxa de juros, juros de mora, valor tomado, entre outras informações inerentes a determinada operação. Cabe lembrar que as operações nem sempre são vinculadas a um contrato com diversas cláusulas, por vezes, se dá apenas por meio da utilização de nota promissória.

Existem ainda diversas modalidades de operações de crédito, que vão desde a contratação de um cheque especial, com juros normalmente mais elevados, até operações para investimentos que possuem prazos de pagamentos mais dilatados e, geralmente, são atrelados a juros menores em função da expectativa de retorno. Ainda, as instituições podem emprestar seu próprio dinheiro ou, quando possível, através de convênio com a união ou outras Instituições Financeiras repassar empréstimo cobrando determinado spread (diferença entre a taxa de empréstimo e de captação) de seus clientes

O prazo que se concede em uma operação de crédito é um elemento de uma política de crédito, a sua definição dependerá de vários fatores, como: a taxa de juros que

está sendo praticado, restrições legais, probabilidades de recebimento, quantidade de vezes que este cliente já tomou crédito e outras mais. Na política de crédito devem estar definidos também quais os resultados que devem ser alcançados com as operações de crédito.

Os prazos das operações são fatores importantes, uma vez que, a medida que cresce o prazo, se eleva o risco de crédito. Uma operação pelo prazo de 90 dias tem um risco, em princípio, menor que uma de igual valor pelo prazo de cinco anos, mantidas constantes os demais valores (SILVA, 2000, p. 114).

Quando se tratar de um bom cliente, isso fará com que a probabilidade de não receber o crédito será pequena, fazendo com que o prazo possa ser maior, pois a incerteza de recebimento será menor.

Segundo Silva e Neto (2002, p. 111), “a probabilidade de pagamento (qualidade do cliente) é outro fator relevante. Quanto melhor for o cliente, maior pode ser o prazo de pagamento, sem que isto afete demasiadamente o risco da empresa”.

É claro que entre todos estes fatores que foram citados, a Instituição Financeira não pode deixar de analisar o seu fluxo de caixa, prevendo os seus recebimentos, sua inadimplência, prorrogações e outras, para evitar no futuro problemas de liquidez que estas poderão enfrentar.

Existe ainda a taxa de juros que basicamente, corresponde ao que uma instituição financeira está cobrando pelo custo e risco de ela emprestar determinado valor considerando o prazo de devolução atrelado com sua margem de receita. Esta taxa pode ser pré-fixada ou pós-fixada através de algum indexador econômico.

A taxa de juros é uma taxa de retorno prometida, e existem tantas taxas de juros quantas são as várias formas de emprestar e tomar emprestado. As taxas de juros variam dependendo da unidade da conta, do vencimento e do risco de inadimplência do instrumento de crédito (ZVI, 2002, p. 80).

Para os bancos emprestarem recursos os mesmos necessitam captá-los, descontando desses recursos captados o depósito compulsório, e os encaixes administrativos, conforme abordagem anterior.

Dessa maneira, toda operação que envolva uma remuneração de juros identifica a participação de dois agentes econômicos: poupador – que deseja diferir (adiar) seu consumo para o futuro. – e outro, tomador, que ao levantar recursos emprestados, decide inversamente antecipar seu consumo para o presente (ASSAF NETO, 2003, p. 280).

O risco de crédito está diretamente ligada a possíveis perdas que possam vir a ocorrer, quando o contratante não honra os seus compromissos, isso faz com que a Instituição Financeira não receba mais os recursos que foram alocados.

Concordo com Silva (2000, p. 54) quando diz que, “cada vez que um banco conceder um empréstimo ou um financiamento está assumindo o risco de não receber, ou seja, o cliente pode não cumprir a promessa de pagamento”.

Na concessão do crédito, a Instituição deve levantar o máximo de informações a respeito do cliente, que poderiam ser classificados como os seis “C” s do crédito como por exemplo: caráter, capacidade, condições, capital, etc., que deverão ser estabelecidos através de uma política de crédito.

Para maior segurança, é muito importante analisar os demonstrativos financeiros do cliente, tanto Pessoa Física quanto Pessoa Jurídica, consultar fontes de referência cadastral, serviços de proteção ao crédito, realizar visitas aos clientes a fim de observar se o mesmo é capacitado para gerir tais recursos.

O não cumprimento das obrigações adquiridas por parte do contratante pode estar relacionado com o seu caráter, a sua incapacidade de gerenciar os seus negócios, a falta de capacidade de pagamento, por isso é muito importante na concessão do crédito, se munir de garantias, medir a probabilidade de inadimplência de um tomador e isto depende cada vez mais do montante de informações que a IF possui a respeito do tomador.

Estas informações podem ser adquiridas e coletadas internamente ou junto a organismos externos ou informações publicamente disponíveis.

A disponibilidade de mais informações e o custo médio mais reduzido da coleta de tal informação permitem que as IFs utilizem métodos mais sofisticados e geralmente, mais quantitativos de mensuração de probabilidades de inadimplência de grandes tomadores, em comparação com pequenos tomadores (SAUNDERS, 2000, p.207).

Com isso até mesmo nas pequenas operações, estão sendo buscadas cada vez mais informações para reduzir o grau de incerteza do recebimento da mesma, através de um eficiente gerenciamento de risco, tudo isso graças à disponibilidade de informações e custo médio destas serem reduzidas.

Outro fator de grande importância é a busca de profissionais qualificados e experientes, para um bom gerenciamento de risco, de nada adianta delegar esta função para pessoas ou estagiárias que não detêm os conhecimentos necessários para o desenvolvimento deste trabalho. É claro que não basta apenas ter profissionais qualificados, é preciso ter um bom sistema computacional e um banco de dados de boa qualidade.

Concordamos com Lemgruber et al. (2001, p.110) quando afirma que, “é importante lembrar que um mau gerenciamento de risco pode levar a uma falsa sensação de segurança, o que pode ser até mesmo pior que desconhecer e, portanto, temer o risco de suas posições hoje”.

É importante também que cada IF, manter um histórico do seu cliente, isso irá ajudar para uma melhor análise na hora da concessão do crédito, pois através deste terá um maior conhecimento à cerca da sua carteira de clientes.

Algumas empresas ainda se organizam e fazem convênios umas com as outras para efetuarem trocas de informações acerca de clientes, para verificar a pontualidade e idoneidade dos mesmos, isso trás maior segurança ao credor.

Na opinião de Silva (2000, p. 86), “é comum muitas empresas organizar-se em convênios para troca de informações comerciais possibilitando detectar com certa rapidez quando um cliente começa atrasar ou entrar em dificuldade financeira”.

Com estes convênios, as empresas poderão consultar empresas diferentes do que aquelas que foram indicadas pelos clientes para obter informações além disso nenhum cliente indicará para obter informações, uma empresa em que o mesmo atrasou ou encontra-se inadimplente.

Uma fonte de informação que também é muito utilizada são os serviços de proteção ao crédito, os chamados SPCs, estes registram todas as pessoas que estão atrasadas ou não pagaram as obrigações que contraíram.

Existem ainda os cartórios e os jornais que são as principais agências de informação, pois estes divulgam periodicamente a relação de título que foram

protestados, existem também algumas empresas especializadas nesses ramos de atividade, que prestam serviços de informação sobre protestos e outras restrições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo o principal objetivo foi realizar um estudo acerca da Análise de Risco de Crédito realizadas pelas Instituições Financeiras na hora de conceder um crédito.

Verifica-se que as Instituições Financeiras possuem uma preocupação no que diz respeito à Análise de Risco de Crédito, pois este item impacta diretamente sobre o resultado de seus investimentos, podendo trazer uma boa rentabilidade ou ao contrário disso comprometer todo um trabalho. Pode-se destacar ainda que para ocorrer um gerenciamento de risco satisfatório, é necessário que a If invista em um banco de dados, equipamentos e pessoas qualificadas para realizar esse trabalho.

Os riscos que são assumidos pela em uma concessão podem ser reduzidos a partir de uma análise bem feita, baseado em um cadastro bem elaborado contendo informações confiáveis, conhecer o tomador é outro ponto muito importante bem como conhecer a sua real capacidade de pagamento para verificar se o mesmo tem realmente condições de saldar os seus compromissos no dia do vencimento.

Um bom gerenciamento tornará a instituição mais segura e conhecedora de suas vantagens e desvantagens no momento em que conceder um determinado crédito.

Pode-se concluir que buscar sempre segurança nas liberações de crédito e estar munido de informações e garantias é imprescindível para que o recurso que é emprestado retorne. As tomadas de decisões devem ser analisadas através de dados contábeis, estatísticos, comportamentais e culturais, que nos darão suporte ao planejarmos a ação, e isso trará maior segurança para as Instituições Financeiras.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, Alexandre A.; SILVA, Cezar Augusto Tiburcia. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1995.

LEMGRUBER, Eduardo Faço et al. **Gestão de risco e derivativos: aplicações no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2001.

NIYAMA, Jorge Katsumi.; OLIVEIRA, Amaro L.. **Contabilidade de Instituições Financeiras.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000..

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco.** São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Créditos.** São Paulo: Atlas, 2000.

ZVI, Bodie. : MERTON, Robert C. **Finanças.** 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.